

O GOLPE MILITAR DE 1964 E RESISTÊNCIAS: A RESISTÊNCIA DA RESISTÊNCIA POR TRÁS DAS LINHAS INIMIGAS

Paulo Carlos Santos Menezes*

RESUMO: *O objetivo deste texto é apresentar, entre as várias possibilidades, as que nos foi possível identificar nesta breve pesquisa como fazendo parte dos vários movimentos iniciais antiditatoriais e as possíveis formas de resistências elaboradas por aqueles sujeitos históricos que se viram privados do seu direito de manifestar-se democraticamente, de emitir sua opinião sobre o que desejavam para suas vidas porque tiveram cerceado seu direito à liberdade, mas que nem assim se omitiram de lutar. Que espécies de relações foi possível estabelecer com o sistema de exceção e como se davam às ações de resistência dos presos políticos dentro da prisão.*

Palavras-chave: Memória; Golpe; Resistência

CONJUNTURA HISTÓRICA DO BRASIL (1961/1964)

Em 1961, no Brasil, acabava o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o criador do plano de metas que tinha como lema "crescer 50 anos em 5", e se iniciava um governo cheio de surpresas e contradições com Jânio Quadros.

Jânio, apoiado pela UDN, conquistou a presidência com 48% dos votos. João Goulart, herdeiro do getulismo, ganhou a vice-presidência. Jânio era anticomunista e queria manter o país aberto ao capital estrangeiro, mas, quando foi eleito, quis defender uma política externa mais independente e reatou as relações diplomáticas com a China comunista e a União Soviética, sendo severamente criticado por empresários multinacionais e pela UDN, que rompeu relações com o governo.

Sem apoio, o presidente renunciou em 25 de agosto de 1961. A posse do vice-presidente João Goulart encontrou dificuldades com a oposição udenista que o acusou de ser "perigoso comunista". Para não haver uma guerra civil, o presidente aceitou o sistema parlamentarista, que limitava seus poderes e tomou posse em 7 de setembro de 1961. Sua estratégia de governo se destacou graças ao Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, organizado por Celso Furtado, ministro do planejamento. Foi quando começou a ser organizado e efetivamente levado a cabo o Golpe Militar, que já vinha sendo gestado desde 1954. Empresários, militares e EUA gastavam milhões de dólares na campanha contra o governo. No dia 31 de março de 1964, explodiu a revolta das forças armadas contra o governo de João Goulart. Sem condições de reagir, Goulart deixou Brasília em 1º de abril de 1964. Foi ao Rio Grande do Sul e depois, para o Uruguai como exilado. Assim começava a Ditadura Militar.

Deposto João Goulart, no dia 2 de abril de 1964, uma junta militar formada por ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica assumiu o controle político da nação. Uma semana mais tarde, foi declarada como Ato Institucional a cassação do mandato de políticos que teriam participado do governo de João Goulart ou o apoiaram, além de pessoas consideradas subversivas. Um acordo, entre UDN, Escola Superior de Guerra e PSD, determinou a vitória de

* Acadêmico do Curso de licenciatura em História da Universidade Católica do Salvador – UCSal. Orientador Professor Doutor Charles D'Almeida Santana. E-mail: pecasamen@ig.com.br



Castelo Branco, general destacado da ESG, que foi empossado em 15 de abril e deu continuidade à luta contra os opositores do regime. Juscelino Kubitschek teve seus direitos políticos cassados.

Além das cassações, houve aposentadorias compulsórias, prisões, exílios forçados de milhares de professores, líderes estudantis e sindicais.

Os protestos, passeatas, atos públicos, muitas vezes reprimidos com exacerbada violência, iniciados após o Golpe Militar que tirou do poder um governo democrático legitimado pelo voto direto da população, representam o início das lutas de resistência contra a quebra da institucionalidade democrática no Brasil (AZEVEDO, 2004, p. 04-06).

O INÍCIO DA RESISTÊNCIA

Parece óbvio que a luta de resistência ao governo militar pressupunha o entendimento por parte das pessoas envolvidas que estavam se submetendo a um grande perigo, mas, quando ouvimos isso dito por alguém que de fato participou dela, da luta propriamente dita, isso toma uma outra conotação - viver ou morrer por suas crenças, utopias era o cotidiano dos cooptados pelas organizações de esquerda brasileiras. Um desses militantes, que tive a oportunidade de entrevistar, Professor Emiliano José, afirmou que

[...] você não entrava numa luta nesse período contra a ditadura sem essa postura; a partir do Ato institucional Nº 05 de 1968, qualquer um de nós que topasse continuar ou entrar na luta contra a ditadura sabia que estava colocando a vida em risco, isso não é uma metáfora, não é nenhuma atitude presunçosa, nenhuma pretensão ao heroísmo, nenhuma pretensão a vitimização. Era parte daquele momento, quem quisesse enfrentar a ditadura tinha que estar disposto a colocar a vida em risco.

A morte rondava aqueles homens e mulheres, ela tinha nome e sobrenome, Repressão do Regime Militar; endereço, América do Sul, Brasil; certidão de nascimento, 01/04/1964; pais adotivos, militares da ESG e o capital internacional; filhotes, políticos como ACM e outros, nascidos de suas entranhas; filhos deserdados, todos os brasileiros que quisessem um país democrático. Aforismos à parte, todos nós podemos perceber isso.

Outro militante entrevistado, Professor Paulo Pontes, aponta para uma interpretação daquele instante muito interessante pela forma com que afirma que se deu sua inserção na luta pela democracia

[...] minha história política começa mais ou menos em 63, quando nós tínhamos um clube literário em Recife, chamado Clube Literário Monteiro Lobato, em que nós fazíamos poesias, crônicas, etc [...] e fazíamos concurso literário todo final de semana; então era uma atividade, acho, extraordinariamente saudável para a juventude da faixa de 18, 19 anos. Bem... essas pessoas também terminavam por discutir questões políticas na medida em que o campo do conhecimento envolve política e indiscutivelmente em 63, 64 foi um período também de muitos debates políticos, principalmente em torno das reformas de base. Quando o golpe militar acontece no dia primeiro de abril nós participamos de uma passeata e essa passeata foi metralhada, morreram pessoas etc., então isso me fez, digamos assim, me tornar um militante a partir daí contra o governo militar.

Observando também a versão do professor Emiliano José para sua entrada na luta pela democracia, veremos lugares sociais distintos entre esses dois depoentes, homens que

perceberam a necessidade de se manifestar contra a opressão dos militares, mas, em certa medida. Não havia inicialmente nenhum projeto que unificasse as esquerdas brasileiras nos relatos por eles aqui apresentados. O que parece, ao analisarmos o que eles dizem, é que realmente as lutas empreendidas foram reações diferentes para uma conjuntura indiferenciada.

Eu comecei a me envolver com a luta política a partir... a partir da minha participação no movimento da Igreja Católica, na articulação de movimentos assistenciais, eu diria de porte, e eu poderia dizer até conservador num certo sentido; bem jovem ainda, eu comecei a me movimentar como cristão, no bairro do Jaçanã em São Paulo [...]

Outro entrevistado, o professor de história, José Carlos, relata que começou a participar dos movimentos antiditatoriais já em 1967, após o golpe, portanto, quando já havia começado todo um movimento de resistência.

Em 67, eu vou ingressar na Resistência Comunista na Bahia, essa Resistência Comunista na Bahia na verdade foi fruto de um grande racha do Partido Comunista Brasileiro, o Partidão, e entre as várias facções eu vou ingressar numa dessas facções [...]

As memórias do Professor José Carlos indicam a inexistência de qualquer projeto unificador para entendimento das esquerdas quanto a objetivos comuns, ao relatar o “racha” do Partidão e mencionar as várias facções existentes, para uma das quais ele próprio entra. José Carlos ratifica as análises que me permito fazer. Não existia unidade de objetivos, não havia, portanto, a organização de uma luta, de um projeto político macro para o país; a esquerda não tinha, ao que parece, noção da força dos seus inimigos.

Emiliano José avalia assim aquele período:

[...] Em torno deste período, um período simultaneamente, insisto, cheio de esperanças e de alegrias, como nós tínhamos esperança! De um mundo novo, esperança de derrubar a ditadura, esperança de chegar ao socialismo, esperança de um mundo novo num cenário que nos era completamente adverso, é parte da nossa... da nossa... extraordinária disposição de luta na época, parte da nossa santa loucura eu diria, porque não havia condições, poderíamos dizer hoje à distância, não havia condições para aquele combate que nós nos dispusemos a fazer contra a ditadura entre pelo menos os anos 68, final de 68 e ... até a segunda metade dos anos 70, não havia condições porque era um regime de terror e morte, a ditadura foi morte, foi terror, foi tortura, foi desaparecimento, foi crueldade, foi corrupção, a ditadura foi tudo isso.

Quando questiono o Professor Paulo Pontes a respeito da aparente inércia da esquerda nos momentos iniciais do golpe, ele responde:

Eu atribuo isso à falta de preparação, acho que a esquerda não estava preparada, a esquerda... e aí veja bem, a esquerda na época em 64 é basicamente o PCB, que já existia mas era recente, há dois anos, existia a POLOP que era um grupo relativamente pequeno e basicamente de intelectuais e só [...]

Portanto, quando o Professor Emiliano José avalia que havia “uma extraordinária disposição de luta”, mas que isso era parte da “nossa santa loucura”, ele faz uma análise correta do período, efetivamente resistir, só através da fé ou da loucura.

A RESISTÊNCIA DA RESISTÊNCIA

Manter-se na clandestinidade era uma maneira de permanecer vivo, segundo Professor José Carlos “[...] na mesma proporção que a repressão crescia nós íamos optando pela clandestinidade[...].

Após um período de adaptação, quando os militares procuraram entender como funcionava o esquema de proteção aos militantes dos grupos classificados como subversivos, os “aparelhos e pontos de emergência” começam a ser “estourados”. A ação dos militares foi absolutamente devastadora para os movimentos de contestação, tanto para as facções partidárias da luta armada como para todas as outras, mesmo quando começam os seqüestros que são um sopro de esperança para os presos políticos. Para o professor Paulo Pontes, o significado dos seqüestros aparece ampliado. Sobre essa dimensão, ele assim tratou:

Tive um outro momento de achar que estávamos ganhando, foi quando houve o primeiro seqüestro... por que significava para nós que entramos na luta armada, que havia uma forma de soltar os presos, então foi algo inventado no Brasil, teve uma grande repercussão [...]

Ao que tudo indica, mesmo nesse instante a Ditadura tinha o controle da situação, já tinha percebido a fragilidade dos grupos de oposição ao Regime. Portanto era só uma questão de tempo para desarticular também o esquema de troca dos reféns por prisioneiros políticos.

Aqueles que eram presos, segundo Mauro Fernando, fundador do MR8 do Rio de Janeiro, que também foi entrevistado durante a produção deste artigo, diz que num primeiro momento

[...] tomavam um pau danado, eles caíam em cima, fala filho da puta, já entrava no carro apanhando, onde é o aparelho? Queriam saber onde ficavam os aparelhos pois dependiam disso para serem mais eficientes. Havia uma disputa entre os órgãos de repressão pra ver quem era melhor, o CENIMAR era o mais eficiente ... depois disso não éramos mais maltratados [...]

O Professor Paulo Pontes comenta que “[...] os primeiros seis meses passamos numa cela mais ou menos desse tamanho, e era um por cela [...] tudo era proibido [...] mas isso durou seis meses [...]”.

Seguros da sua eficiência, os militares diminuem a vigilância sobre os presos, e estes aproveitam para organizar a resistência dentro da prisão.

Os presos políticos desenvolvem formas de garantir sua integridade física, garantir direitos básicos, acesso às notícias, livros e maneiras de ocupar o tempo livre dentro da prisão, o medo era constante, e a vontade de sobreviver era maior. Compulsoriamente adaptados à vida na cadeia, os presos políticos estabelecem relações com os presos comuns. O Professor Paulo Pontes comenta a esse respeito que

[...] você negocia com o preso comum de alguma forma, é até proibido a gente falar mas se negocia, se dá dinheiro e eles botaram um rádio para lá, então se comprou um rádio e se comprava o jornal todo dia, tinha um preso que era encarregado, todo dia comprava o jornal para ele, que preso comum não tem problema, quando era no final da tarde, na hora que ele chegava a gente jogava um cordão, ele amarrava o jornal e a gente subia para o terceiro andar...

Segundo Paulo Pontes, as famílias daqueles presos que recebiam visitas eram o elo vital com o mundo exterior e proporcionavam as condições materiais para a compra de favores dos

presos comuns para os presos políticos “[...] então na medida que alguns presos tinham visita e recebia ajuda da família [...] dentro da prisão se consegue quase tudo, o preço varia, é mais caro mas se consegue [...]”.

ESTRATÉGIAS DA RESISTÊNCIA

O Professor Paulo Pontes relata:

[...] O jornal não podia transitar, uma pessoa recebia o jornal, fazia a leitura e tinha também um rádio clandestino dentro da cela, dentro de uma cratera, enterrado lá dentro de uma parede que as pessoas ouviam o noticiário todos os dias e fazia no final do dia, nós recebíamos através da tomada de uma cela para outra se passava o informe, então as notícias principais do dia [...] foi preso alguém, seqüestrado em tal lugar, notícias do Vietnã etc. Ou seja, uma síntese com as vinte ou trinta notícias principais.

Outro ex-presos político, Professor José Carlos, relata

[...] como eu fui preso naquele instante aí César tinha conseguido se safar, aquilo dava uma certa tranquilidade para mim diante das normas de segurança da organização, as normas indicavam que se deveria segurar aí por 24 horas os pontos, e daí fomos ao encontro, e daí a organização toda já conheceria da sua prisão, então ficaria até mais fácil de você soltar uma coisa aqui outra coisa acolá, com o objetivo de livrar a pele, porque se fosse muito pesado o interrogatório eu estaria de certa forma liberado das 24 horas porque César, como ele fugiu, certamente nas primeiras horas toda a organização já estaria sabendo de que eu tava preso então tava ótimo [...] quando eu fui transferido, quando eu cheguei na Polícia Federal aí que eu tive a dimensão de que tava sendo preso por questões políticas, e daí eu consegui me livrar de uma chave, a chave da pensão que eu tava hospedado, aí eu comi um papel, deu para comer um papel e inclusive a chave eu botei lá numa gaveta qualquer [...] toda vez que chegava um fusca vermelho, que era o fusca dos meus interrogadores, toda vez que chegava esse fusca vermelho a primeira coisa que eu fazia era fazer xixi e ver se tinha a possibilidade de fazer côco logo na lata, porque uma das preocupações é você levando porrada aí ter que fazer xixi na frente do seu algoz, era algo desmoralizante, então imediatamente fazia xixi, fazia côco pra não passar por esse vexame [...]

A capacidade de organização dos presos políticos se expande e eles se mobilizam em favor de companheiros que cumpriam pena em outras prisões e mesmo em outros estados, “[...] como nós já tínhamos um sistema de contato com as outras prisões, nós fomos a primeira categoria que fez greve nacional, foi preso político que fez uma greve de fome nacional, no Brasil inteiro os presos políticos num determinado dia param de comer e a reivindicação era a mesma [...]”, afirma Paulo Pontes.

A HORA DO COMEÇO DA MUDANÇA

A eficiência dos órgãos de repressão levou para as prisões e cemitérios clandestinos os seus opositores “[...] era necessário radicalizar: limpar a área. Eliminar todos que pudessem

representar qualquer risco para os planos de distensão lenta, segura e gradual (RIBEIRO JR, 2004, p. 40-50).”

Não há mais dúvida nenhuma quanto a isso, o jornalista Hélio Gaspari [...] no último livro sobre o período Geisel [...] ele pega uma fita de Geisel dizendo, nós temos que continuar matando, também fala da extinção, da operação radar que matou toda a direção do Partido Comunista Brasileiro, que não era partidário da luta armada e foi eliminado também os cabeças [...]

Com a completa desarticulação da Resistência, através dos assassinatos planejados, das prisões arbitrárias ou das torturas cruéis impostas, os militantes das causas da esquerda começam a perceber que era necessária uma guinada no foco da luta, a preocupação dos que estavam presos era com a luta pela anistia. A indicação de que quem vai assumir a presidência é Geisel aumenta a expectativa de uma possível melhora para eles. Sobre isto, o Professor Paulo Pontes declarou que

[...] quando se anuncia que é Ernesto Geisel que vai suceder Médici, não que a gente achasse que esse Geisel fosse algum democrata, Geisel era um ditador como outro qualquer, só que existia uma briga entre grupos dentro da ditadura [...] não é que nós considerássemos essas pessoas democráticas, não considerávamos, inclusive na prisão nós fizemos uma comissão para avaliar e fazer depois o informe para os presos políticos do que é que representaria essa mudança [...]

Com a certeza de já dominar completamente os “militantes subversivos”, os órgãos de repressão dão indícios de disputa interna. Os militares que representavam a linha dura são substituídos na Presidência da República: o primeiro escalão, por outros de uma linha mais moderada. A ditadura dá sinal de desgaste. É o início de um novo momento que foi muito bem analisado pelo grupo de presos a que pertencia o Professor Paulo Pontes, que sobre esse instante avaliou “[...] vai melhorar sim, muito lentamente e só nos atinge no final, a melhora só chega no final do governo dele [...]”. Essa análise foi sobre a transferência de governo do presidente Médici para Geisel. Para os presos políticos perceberem isso era muito difícil, pois, segundo Paulo Pontes, “[...] o problema era o seguinte, é que essas notícias sobre essa divisão dentro dos grupos do exército eram notícias muito sigilosas, elas passavam assim muito sutilmente na imprensa [...]”.

Começam as mudanças, e os militares se afastam do poder, o país caminha para a redemocratização, mas aí é uma outra história...

CONCLUSÃO

Tentamos trazer à tona, durante a realização desta pesquisa, comportamentos utilizados naquelas situações específicas dos presos políticos do regime militar que se implantou no Brasil pós-golpe de 1964, que significaram formas de defesa, portanto atendiam a demandas momentâneas e pessoais. Como esses comportamentos se socializaram e puderam ser utilizados mais largamente, e até adotados como tática de defesa dos grupos que, submetidos a situações extremas, foram obrigados a criar estratégias inteligentes e eficientes para lutar contra o regime opressor brasileiro.

Percebemos a grande capacidade de adaptação e criatividade daqueles bravos homens e mulheres que, mesmo no limiar de uma derrota anunciada, não desistiram dos seus sonhos. Sonhar era permitido; tudo mais era proibido.

BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, Jerusa Pires. **Armadilhas da Memória: (Conto e Poesia Popular)**. Fundação Casa de Jorge Amado, 1991. Salvador.

Jornal A TARDE, Salvador-Ba. 31/03/2004

MELLO, Valdecir (Org) **Brasil: Nunca Mais**. Ed. Vozes. Petrópolis-RJ, 1988.

THOMPSON, Alistair. **Quando a Memória é Um Campo de Batalha: Envolvimentos Pessoais e Políticos Com o Passado do Exército Nacional**.

VENTURA, Zuenir. **1968 O Ano Que Não Acabou. A Aventura de Uma Geração**. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1988

DEPOIMENTOS ORAIS

Professor José Carlos (Professor de História dos colégios Mendel, Módulo, Grandes Mestres)

Professor Paulo Pontes (Professor da Faculdade Jorge Amado)

Professor Emiliano José (Professor da UFBA, deputado estadual, escritor...)

Sr. Mauro Fernando (Fundador do movimento MR8 do Rio de Janeiro)

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C. O Pesadelo Recorrente, **Caros Amigos. Edição Especial**, São Paulo, nº 19, p. 04-06, mar 2004.

PORTELLI, A. O que Faz a História Oral Diferente. Projeto História, **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, nº 14, p. 25-39, 1997.

RIBEIRO JR, A. Os Matadores. **ISTOÉ**, São Paulo, nº 1798. Março 2004. p. 40-50.